

“PARA AS MULHERES DE MINORIAS ÉTNICAS [1]: JUSTIÇA E LIBERDADE”, RESENHA DO LIVRO “MULHERES, CULTURA E POLÍTICA” DE ANGELA DAVIS

“FOR THE WOMEN OF ETHNIC MINORITIES: JUSTICE AND FREEDOM”, BOOK REVIEW OF “WOMEN, CULTURE AND POLITICS” BY ANGELA DAVIS

Gabriela da Costa Silva*

Referência da obra completa resenhada: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

A obra “Mulheres, cultura e política”, de Angela Davis, reúne artigos, discursos e relatos produzidos pela autora ao longo da década de 1980 — posteriormente reunidos e publicados em livro no ano de 1989. Essa obra é dividida em três segmentos, sendo eles, respectivamente, “Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz”, “Sobre questões internacionais” e “Sobre educação e cultura”. A obra articula desde o viés teórico marxista da autora e suas ponderações acerca do gênero e da raça até elucubrações dos cenários internacionais, evidenciando movimentos de resistência e seus potenciais meios de libertação e mudança na sociedade.

1. Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz

Neste segmento da obra, Davis se debruça acerca da participação de mulheres em movimentos políticos e analisa a realidade experienciada por mulheres afro-americanas [2] — durante o período segregacionista e posteriormente a este —, tecendo críticas às organizações feministas brancas e sua complexa relação com o racismo. Por meio de uma perspectiva histórica, a autora se depara com contrastes marcantes entre as associações de mulheres nos Estados Unidos, no que tange à organização e suas pautas, visto que as mulheres afro-americanas adotaram na época um posicionamento crítico em relação às demandas levantadas por feministas brancas, como a campanha pelo voto, a defesa dos linchamentos de homens negros injustamente acusados de estupros - que nem sempre eram comprovados - denunciando constantemente o racismo nesse movimento.

A restrição de classe e raça para participação das associações de mulheres brancas motivou a construção de um movimento político de mulheres afro-americanas, aberto a todos, inclusive aos homens negros, alinhado a reivindicações progressistas. Esse aspecto pode ser resgatado em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016), ao afirmar que “o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras” (DAVIS, 2016, p. 160).

Uma das principais divergências entre esses movimentos estava em suas bandeiras centrais. Enquanto as mulheres brancas construíram um movimento de direito ao voto, as mulheres afro-

[1] Termo utilizado pela autora e pela tradução para se referir às mulheres de diversas origens étnicas historicamente subalternizadas ao redor do mundo, como afro-americanas, latinas, africanas, entre outras.

[2] Termo utilizado pela autora e pela tradução para se referir às mulheres negras que vivem nos Estados Unidos.

americanas mantiveram seu foco na busca pelo empoderamento. Esse enfoque é apreciado detalhadamente pela autora, dado que a concepção de empoderamento é precisada mediante o acesso às devidas condições econômicas, que são tidas como essenciais para o rompimento das demais barreiras de opressão. Logo, para Davis, o empoderamento é atribuído à aquisição financeira, às oportunidades de emprego, ao direito à saúde pública e ao direito à moradia, sendo esses princípios determinantes para o alcance imediato da igualdade econômica, política e social da população oprimida.

Não obstante essa dinâmica, o lema adotado por mulheres negras se alinha ao caráter coletivista de organização e visa articular os interesses de todas as mulheres de minorias étnicas em benefício da libertação de suas opressões. “Erguendo-nos enquanto subimos”, vincula-se à centralidade da busca pelo empoderamento na superação das opressões de todos os grupos, direcionando suas demandas às questões estruturais, ligadas aos aspectos econômicos, sociais e políticos. A ênfase nesse aspecto permitiu averiguar que o movimento de mulheres brancas optou por desconsiderar os aspectos de classe e raça, apesar de toda exigência organizada no sentido contrário.

Ao construir essa perspectiva estrutural a respeito das questões de gênero e raça, Davis visa apontar o racismo institucional empregado pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989). Através das elevadas políticas de militarização, o presidente retirou drasticamente os investimentos no sistema de saúde pública e dos benefícios de bem-estar social, afetando diretamente as famílias afro-americanas e restringindo seu acesso a essas políticas. Para a autora, essa prática explicita o projeto capitalista de violência contra a população afro-americana, por meio da ausência de direitos e da precarização dos recursos sociais.

Objetivando repensar criticamente os processos de privatização da saúde propostos pelo governo dos EUA, a autora apresenta dados estatísticos referentes à saúde da população afro-americana, à ausência de creches públicas e do acesso à moradia, salientando as péssimas condições às quais os afro-americanos estavam submetidos. Outra medida adotada por Reagan foi a drástica redução de investimento em clínicas públicas de aborto do país, para então, implementar a prática de esterilização forçada, direcionada às mulheres de baixa renda, majoritariamente negras e latinas, estimulando profissionais da saúde a esterilizarem estas mulheres sem seu consentimento.

O cenário de baixo investimento público em saúde, durante a administração de Reagan, propiciou a subnutrição infantil e o desenvolvimento de doenças crônicas em mulheres afro-americanas. As críticas à gestão dos recursos destinados à saúde pública, enviesados por sua visão mercadológica, expõem a priorização do lucro excessivo de empresas privadas pela militarização, em detrimento do investimento em saúde e educação para população afro-americana.

Nesse contexto, Davis aponta que as mulheres afro-americanas enxergaram a necessidade da construção de um movimento de mulheres que reivindique mudanças estruturais, se proponha revolucionário e atento à diversidade e a inclusão, visando atingir a verdadeira raiz do problema: o sistema capitalista.

2. Sobre questões internacionais

Nessa parte, Angela Davis concilia seu ativismo internacional à análise teórica sobre a luta das mulheres étnicas em vários países, dentre eles África do Sul, Quênia, Egito e União Soviética. O objetivo do estudo é entrelaçar os contextos em que mulheres negras estão inseridas, suas condições enquanto minorias historicamente oprimidas e a experiência racial que perpassa suas trajetórias. Dedicar-se a repensar os movimentos sociais e políticos e propor um alinhamento entre eles, considerando as experiências de opressão das mulheres de minorias étnicas, a fim de “criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial” (p.18).

A centralidade dessa seção está nas movimentações organizadas pelo grupo de mulheres de minorias étnicas e suas articulações nos âmbitos institucionais e políticos, com evidência em dois momentos marcantes em sua trajetória: a Assembleia Internacional da Década da Mulher (1985), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nairóbi, no Quênia, e sua viagem para o Egito, ao encontro de feministas egípcias, para abordar a prática da clitoridectomia - circuncisão feminina forçada em jovens com menos de 18 anos em alguns países do continente africano.

Referente à Década da Mulher, Davis relata sua experiência no evento, aponta a organização das mulheres afro-americanas presentes e seu diálogo com demais mulheres de minorias étnicas. Relata que na Assembleia Internacional, as mulheres afro-americanas dedicaram-se a apontar suas demandas e denunciar o projeto violento que o governo de Reagan colocava em prática e apoiava em outros países, como África do Sul. Desse modo, se concentraram na escrita da carta aberta *Os efeitos do racismo e da militarização sobre as mulheres*, assinada por cerca de 1.300 mulheres em apoio e solidariedade. Nos espaços internacionais elas denunciavam seu país e apontavam as relações das práticas governamentais de seus países com o racismo.

Em sua viagem ao Cairo, a pluralidade de pautas e demandas anti-imperialistas tornam-se mais evidentes. Em um conflituoso cenário, que discutia a prática da clitoridectomia, a autora lança mão da antropologia e dos estudos culturais para compreensão da realidade política e o contexto social aos quais as mulheres egípcias estavam inseridas. O debate protagonizado e desenvolvido por feministas ocidentais [3] acerca dessa questão foi constantemente rebatido pelas feministas egípcias durante a viagem da autora no país.

O cerne da discussão, para as mulheres egípcias, está na recorrente recriminação da prática de clitoridectomia pelas feministas ocidentais, sem qualquer reflexão anterior sobre as práticas de violência que a própria sociedade ocidental exerce sobre suas mulheres. Para Davis, as feministas ocidentais desconsideram o contexto social e político vivenciado pelas mulheres egípcias expondo práticas e ideias racistas e etnocêntricas. Esse aspecto abrange à experiência vivenciada por mulheres egípcias, agregado a um debate teórico que tensiona as concepções de ocidente e oriente e, mais ainda, que destaca a imposição capitalista e colonialista de alguns países sobre outros.

A imposição capitalista dos Estados Unidos não se limita às práticas de feministas brancas, pelo contrário, se estende a todo projeto político de Reagan, ao instituir o imperialismo sob outras nações. Nesse entendimento, Angela Davis destaca as constantes violências do apartheid sul-africano,

[3] Termo utilizado para se referir a mulheres que se encontram geograficamente em países ocidentais e assumem teoricamente o ocidente como centro de suas análises.

direcionadas, principalmente, à mulheres e à crianças, criticando, então, a continuidade das relações econômicas por parte dos Estados Unidos para com a África do Sul durante o governo de Pieter Willem Botha (1984-1989). Demonstrando, na perspectiva da autora, o apoio indireto às práticas do presidente e ao regime de segregação, que não só caracterizava suas condutas como violentas, mas como racistas também.

Ao realizar sua ponderação referente à diversidade de experiências vivenciadas por mulheres ao redor do mundo e a relação com o imperialismo em suas lutas, Davis ressalta que as vivências de mulheres de minorias étnicas, trabalhadoras e mães devem ser reconhecidas internacionalmente e visibilizadas diante das organizações de mulheres brancas de classe média e dos projetos políticos de governo. A partir do respeito à diversidade cultural e à autonomia, as mulheres locais devem ser reconhecidas como protagonistas das transformações socioeconômicas de seus países e responsáveis pelo alinhamento de seu movimento às demandas progressistas.

3. Sobre educação, cultura e arte

No decorrer da obra, é latente a preocupação da autora em se ater não somente à saúde e a política governamental, mas também abordar a importância da disputa no campo da educação, da arte e da cultura, com especial importância do papel destas três áreas na busca por libertação das mulheres e dos negros.

A partir de uma série de discursos realizados em formaturas de universidades como Berkeley, UCLA e Estadual de São Francisco, a autora resgata a trajetória histórica dos movimentos negros em seu país, com o intuito de refletir sobre sua importância para as conquistas das novas gerações nas áreas de educação, de saúde, e na busca por direitos civis e sociais. Com discursos calorosos, Davis demonstra grande preocupação com o futuro dos jovens negros em um contexto de violência policial exacerbada, índices de desemprego elevados e evidente diferença salarial entre negros e brancos, mas se mantém firme ao incentivar os jovens negros para que lutem pela educação de qualidade, gratuita e universal. A centralidade da educação na pauta dos movimentos progressistas em busca de justiça e liberdade é fundamental para autora.

A partir dessa perspectiva, cita o “Levante de Soweto” (1976), realizado durante o apartheid sul-africano, em que a população negra sul-africana se manifestou contra a obrigação do aprendizado da língua dos colonizadores nas escolas e o ensino majoritariamente branco. O Levante é apresentado como uma inspiração e uma referência de organização. Após o destaque às movimentações internacionais contra o racismo, a autora também cita exemplos, como a Revolução de Granadina e as lutas na Nicarágua em direção à educação gratuita de qualidade, orientadas por um viés progressista e alinhado ao socialismo. A importância desses movimentos está em seu caráter anticapitalista e na valorização da cultura de seus povos.

Para além da educação, da arte e da cultura são centrais na luta progressista e anticapitalista. O contexto de luta abolicionista foi um dos motores para o desenvolvimento artístico no país. Angela Davis ainda destaca o papel da música na trajetória dos movimentos negros nos Estados Unidos e seu histórico de uso por povos africanos escravizados, como estratégia de refúgio e de distração do sofrimento que sentiam. Também resgata a influência do blues como arma política no início do século

XX, o rap e suas letras críticas, que atingiam a juventude, e os movimentos artísticos organizados nos Estados Unidos em defesa da Nicarágua, Namíbia e África do Sul.

A arte, segundo a autora, deve ser compreendida e utilizada como uma ferramenta de alcance, de despertar para consciência crítica, a fim de manter seu cunho político e retratar a realidade racial do país, rumo a um processo revolucionário que posteriormente se transformará em um processo cultural, como ocorreu nos países socialistas. Logo, os artistas em geral teriam o dever de se alinhar às causas populares, principalmente artistas negros, que devem expor em seus trabalhos os conflitos das relações raciais em seus países e apresentar propostas de mudança das dinâmicas sociais assim como os demais movimentos sociais.

4. Conclusão

Portanto, nos deparamos com uma obra fortemente articulada com os movimentos organizados de diversos países, com as demandas da população afro-americana e objetivamente propositiva acerca das disputas políticas, econômicas, sociais e ideológicas contra o racismo. A obra de Davis resgata a memória dos movimentos sociais e atribui as suas considerações a um discurso radical de alinhamento político referente às opressões, promovendo a reflexão necessária para um novo projeto de sociedade que seja anti-imperialista e anticapitalista.

Desse modo, essa obra deve ser valorizada pelo enorme esforço em resgatar os movimentos de mulheres de minorias étnicas em diferentes contextos e países, expondo seus dilemas e pautas convergentes, sem abandonar suas especificidades e trajetórias. Mantém-se crítica em suas análises referente às opressões distintas que permeiam a categoria gênero, destacando os aspectos de classe e raça que permeiam as experiências das mulheres. Em um contexto de disputas políticas e conflitos acirrados, a autora sobrepõe a força das mulheres, dos negros e das trabalhadoras às suas opressões e utiliza de sua experiência, dado seu aporte subjetivo, para reafirmar a urgência da construção e disputa política por estes sujeitos.

Mais do que tudo, essa obra apresenta-se interdisciplinar, dialogando com diversas áreas das ciências humanas, propondo muitas reflexões pontuais de seu contexto, com um aporte teórico sólido que não só pode como deve ser articulado atualmente nas ciências sociais, com intuito de pensar as lutas por liberdade e justiça no mundo. 🌐

*A autora, à época do envio deste trabalho, cursava o 6º período do curso de Licenciatura de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, participa como bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET – Sociologia, em que desenvolve a pesquisa “Intelectuais negras e suas (escre)vivências: a resistência através das produções acadêmicas” sob a orientação de dois professores tutores: Sayonara Leal e Emerson Ferreira Rocha. Também participa do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC com a temática “A literatura como ferramenta científica: a (escre)vivência das “mães de micro” recifenses e os dilemas raciais em suas trajetórias orientada pela professora Soraya Fleischer. E-mail: gabrielacostasilva19@gmail.com.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Recebido em 31/07/2018

Aprovado em 08/10/2018